

# Enfermagem Religiosa no Portugal do Século XX (1901-1950): Detratores e Apologistas, dois Extremos em Confronto

## Religious Nursing in Portugal (1901-1950): Apologists and Detractors, two Extremes in Confrontation

ÓSCAR MANUEL RAMOS FERREIRA

Professor-adjunto, PhD, MSc, RN, Escola Superior de Enfermagem de Lisboa

No início do século XX em Portugal os cuidados de enfermagem eram maioritariamente dispensados por religiosas. Contra a enfermagem exercida por estas mulheres opunham-se muitos médicos. De entre eles salientava-se o republicano Miguel Bombarda. No entanto as enfermeiras religiosas eram absolutamente necessárias para o funcionamento das instituições de saúde, de entre as quais sobressaiam alguns dos hospitais das Misericórdias. No entanto, nem todos recorriam a pessoal religioso. Exemplo disso foram os Hospitais da Misericórdia de Braga e Porto.

Com esta investigação pretendo compreender a posição dos detratores da enfermagem religiosa e identificar as representações que dela tinham os seus defensores.

Com tal finalidade utilizei duas fontes existentes na Biblioteca Nacional. A obra, *A Enfermagem Religiosa*, da autoria de Miguel Bombarda, publicada em 1910; e a coletânea de depoimentos colhidos por Rebelo Bastos em 1941, e publicadas em 1974, sob o título *Para a História da Enfermagem Religiosa no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Lamego*. Na interpretação dos dados utilizei autores como Catroga (1988), Silva (2008) e Moura (2010).

Foi a partir de 1881, ano em que em Coimbra foi criada a primeira escola de enfermagem, que se instalou a polémica entre os defensores da enfermagem laica e os apologistas da enfermagem religiosa. Uns e outros defendiam as virtudes dos seus protegidos.

Do lado da enfermagem laica estava a facção anticlerical e republicana. Este partido entendia que o ofício de enfermagem devia ser exercido por pessoas sem qualquer ligação a ordens religiosas. Em vez de professarem numa ordem religiosa esses indivíduos deviam possuir um curso que preparasse para o cumprimento das prescrições médicas e para a obediência exclusiva aos clínicos.

A defender a enfermagem religiosa estavam o clero; os médicos, imbuídos de forte religiosidade; e os gestores das misericórdias. Quem trabalhava com as religiosas enaltecia a sua abnegação, a ternura e o espírito cristão que elas punham nos cuidados que prestavam.

Toda essa polémica culminou em 1942 com a publicação do decreto 32612. Esse édito obrigou tanto as enfermeiras laicas como as religiosas, a possuírem um diploma de enfermagem. Esse era um requisito que três décadas antes já Miguel Bombarda havia exigido.

**Palavras-chave:** História da enfermagem; século XX; enfermagem religiosa; enfermagem laica.

*In the early twentieth century in Portugal, nursing care was for the most part provided by religious women. Many doctors opposed this nursing care, such as the Republican Miguel Bombarda. However the religious nurses were absolutely necessary in order for health institutions to function, among these institutions, some of the Mercy hospitals stand out; however, not all of them had religious workers. Two examples were the Braga and Porto Mercy Hospitals.*

*With this research I intend to understand the position of religious nursing detractors and identify the information that its defenders had.*

*With this purpose, I used two existing sources at the Portugal National Library. Miguel Bombarda's work, A Enfermagem Religiosa, published in 1910, and the collection of testimonies collected by Rebelo Bastos in 1941, and published in 1974, under the title Para a História da Enfermagem Religiosa no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Lamego. When interpreting the data I used Catroga (1988), Silva (2008) and Moura (2010).*

*The controversy between advocates of secular nursing and religious apologists nursing began in 1881, when the first nursing school was established in Coimbra.*

*Defending secular nursing was the anticlerical and republican faction. This group understood that this work should be practiced by people with no connection to religious orders. Instead of professing a religious order, these people should have a degree in order to prepare them for the fulfilment of prescriptions and exclusive obedience to clinicians.*

*Defending religious nursing were clerics; doctors, imbued with strong religiosity; and mercies managers. Those who worked with the religious praised their selflessness, tenderness and Christian spirit, in the nursing care.*

*This controversy culminated in 1942 with the publication of Decree 32612. This edict forced the nurses both secular and religious, to possess a diploma in nursing. This was a requirement already demanded by Miguel Bombarda, three decades before.*

**Keywords:** History of nursing; twenty century; religious nursing; secular nursing.

## INTRODUÇÃO

No início do século XX havia em Portugal dois tipos de enfermeiras. As religiosas ou congreganistas e as laicas ou seculares.

Se até ao início da terceira década do século XIX os cuidados de enfermagem no país eram essencialmente prestados por pessoal pertencente a ordens religiosas, esta situação foi alterada, em 1834, com a sua extinção pelos liberais. Apesar disso, a partir da segunda metade desse século, a congregação das Filhas da Caridade e outras similares foram autorizadas a estabelecer-se tanto em hospitais como noutras instituições de assistência existentes no território português, com especial incidência no norte (Soares, 1997)<sup>1</sup>. No nosso país, durante o século XIX e XX, Azevedo (2000), reconhece a influência de várias congregações religiosas nos serviços de saúde e assistência, identificando nesse

<sup>1</sup> Segundo Moura (2010), a reentrada das congregações religiosas em Portugal, depois da sua expulsão em 1834, por Joaquim António de Aguiar, ocorreu a partir da década de 1860.

âmbito a importância das congregações das: Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição; das Irmãs Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora e das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, desde respetivamente 1871; 1875 e 1895. Apesar disso, os hospitais onde, no último quartel do século XIX, foram criadas as primeiras escolas de enfermagem não tinham religiosas entre o pessoal de enfermagem (Silva, 2008). Contra a enfermagem exercida por essas mulheres, que se haviam devotado a Deus, opunham-se muitos médicos entre os quais Costa Simões (Soares, 1997; Silva, 2008), e o republicano Miguel Bombarda que nesta luta se salientou (Bombarda, 1910). Mas as enfermeiras religiosas eram absolutamente necessárias para o funcionamento das instituições de saúde do país, de entre as quais sobressaíam os hospitais das Misericórdias, nomeadamente os que tinham sido criados em cidades da província como por exemplo o Hospital da Misericórdia de Lamego, onde se instalaram as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras (Bastos, 1974).

Com esta investigação pretendi compreender a posição dos detratores da enfermagem religiosa e identificar as representações que dela tinham os seus defensores.

Com tal finalidade utilizei duas fontes existentes na Biblioteca Nacional de Portugal. A obra, *A Enfermagem religiosa*, da autoria de Miguel Bombarda, publicada em 1910; e a coletânea de depoimentos colhidos por Rebelo Bastos em 1941, e publicada em 1974, sob o título *Para a história da enfermagem religiosa no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Lamego*. Na interpretação dos dados utilizei autores como Catroga (1988), Silva (2008) e Moura (2010), entre outros.

Foi a partir de 1881, ano em que em Coimbra foi criada a primeira escola de enfermagem, que se instalou a polémica entre os defensores da enfermagem laica e os apologistas da enfermagem religiosa. Uns e outros defendiam as virtudes dos seus protegidos. Como tal começarei por apresentar a posição dos defensores da enfermagem laica. Seguem-se as representações dos apoiantes da enfermagem religiosa, após o que teço uma breve conclusão sobre o culminar de tal controvérsia na década de 1940.

## A POSIÇÃO DOS DETRATORES DA ENFERMAGEM RELIGIOSA

Do lado da enfermagem laica estava a fação anticlerical e republicana, neste trabalho, representada por Miguel Bombarda.

Miguel Bombarda foi um psiquiatra notável e um herói póstumo da República. Exerceu medicina em Lisboa de 1887 a 1910. À época, ele reformou a forma como era exercida a psiquiatria em Portugal. Positivista e materialista, dava grande valor à ciência, atacava com denodo o clericalismo que considerava socialmente nefasto e uma das razões da pobreza cultural e científica do país. O seu combate anticlerical manifestou-se na Junta Liberal, que fundou em 1901, e foi dada à estampa, entre outras obras por si publicadas, no livro *A Enfermagem religiosa*, publicado em Lisboa, precisamente pela Junta Liberal em 1910.

Foi esta obra analisada com a finalidade de mostrar a posição daqueles que, no nosso país, censuravam a enfermagem religiosa. Nesse livro e ao longo de trinta e sete (37) páginas, o autor caracteriza esse tipo de enfermagem e apresenta os requisitos que considerava indispensáveis à sua aceitação, nos serviços hospitalares, concluindo que, nesse caso, as enfermeiras religiosas não tinham razão para existir dado terem-se

transformado em enfermeiras laicas. Para fundamentar as suas posições Bombarda (1910), foi buscar três artigos que anteriormente havia publicado na *Medicina Contemporânea*<sup>2</sup> aos quais acrescentou dois capítulos. Um de cinco (5) páginas intitulado: *As enfermeiras “não mercenárias”* (Bombarda, 1910, pp. 29-33); e outro de três (3) páginas sob a designação de *Resumo* (Bombarda, 1910, pp.35-37).

Miguel Bombarda, nesta sua obra, começa por se insurgir contra a publicidade feita à enfermagem religiosa nas páginas dos jornais de então. Refere um artigo publicado por Eduardo Burnay, na semana de 7 a 12 de maio de 1900, no *Jornal do Comércio* e outro, da autoria de José Fernando de Sousa, no *Correio Nacional*<sup>3</sup>. Como alternativa apresenta a enfermagem laica da qual enaltece o zelo, a dedicação e o espírito do dever que a animava, apesar das más condições de trabalho e de remuneração que lhe eram oferecidas.

Posteriormente afirma que as congregações religiosas já não tinham a propaganda às atividades que exerciam nas instituições de saúde e assistência, nomeadamente a publicidade às funções de direção, acusando as congreganistas de ousarem substituir-se à enfermagem secular. Alerta para a inferioridade da enfermagem praticada pelas religiosas, dado não possuírem conhecimentos científicos; não utilizarem vestuário adequado à prática de cuidados; assumirem-se como missionárias e nesse sentido imporem as suas crenças e prestarem tratamento diferenciado aos doentes que as não partilhassem; haver incompatibilidade entre os seus deveres de religiosas e de enfermeiras; serem hierarquicamente subordinadas à abadessa ou ao abade, o que era impeditivo da seleção das enfermeiras mais competentes e da manutenção da estabilidade e qualidade dos cuidados nas enfermarias; revelarem arrogância perante a técnica; exercerem sem título; mostrarem mais preocupação com a salvação da alma do que com o alívio do sofrimento dos doentes e saírem mais dispendiosas que as enfermeiras laicas. Segundo Bombarda (1910), é ao médico que compete a direção dos tratamentos dos doentes e nada pode interferir nas regras por ele impostas. Ele entendia que a existência de uma direção bicéfala, entre o médico e a superiora da congregação religiosa, enfraquecia a autoridade do clínico dada a desobediência passiva das enfermeiras religiosas ao médico.

Já na terceira parte da *Enfermagem religiosa*, o autor apresenta as denúncias dos clínicos do Hospital do Santo Espírito, em Angra do Heroísmo, às más práticas das congreganistas que aí exerciam enfermagem, nomeadamente a sua ignorância em matéria de desinfeção; o incumprimento que revelavam na vigilância das dietas e na administração dos fármacos; a autocracia e apetência que revelavam pela direção do estabelecimento; o incumprimento dos princípios de higiene e a enorme carestia dos serviços que ofereciam. Com base numa escritura notarial confronta ainda as regalias das enfermeiras religiosas desse hospital, com a ausência de benefícios, para além do salário, das enfermeiras dos Hospitais Civis de Lisboa, as quais tão bem conhecia por as dirigir e com elas trabalhar.

<sup>2</sup> Esta Revista foi fundada em 1883 por Miguel Bombarda, Sousa Martins e Manuel Bento de Sousa. Segundo Monteiro (2012), Miguel Bombarda foi a alma desse “hebdomadário de ciencias médicas” (p.58).

<sup>3</sup> Outros artigos que fizeram a apologia da enfermagem religiosa e citados por Silva (2008), foram os publicados por Vieira, L. em 1891: Os enfermeiros seculares nos hospitais portugueses e as irmãs hospitaleiras. *Coimbra Médica*, 10 (15 de maio): 167-169; As irmãs da caridade como enfermeiras. *Coimbra Médica*, 12 (15 de junho): 180-183; por Coelho, S. em 1918: Hospital Clínico de Barcelona. Relatório de 1917. *A Medicina Contemporânea*, 23: 261-262; e por Cabral, M. em 1921: A missão espiritual da enfermagem. *A Medicina Contemporânea*, 51: 403-407. Ferreira (2013), cita ainda o artigo de Nazareth, F. de 1954: A responsabilidade da enfermagem no dia de hoje. *Separata de o Médico*, 10 p.

Após toda esta argumentação sobre a inferioridade das enfermeiras religiosas relativamente às enfermeiras laicas, formadas, nessa época, nas escolas do Hospital de S. José em Lisboa, e do Hospital de Santo António, propriedade da Santa Casa da Misericórdia no Porto (Vieira, 2007), para sua aceitação nos hospitais, Bombarda propõe que elas frequentem cursos de enfermagem; possuam noções e hábitos de limpeza que abranjam a totalidade do corpo; substituam o hábito por um uniforme de cutim ou brim branco que prevenisse a transmissão de infeções nosocomiais; desnudem os membros superiores, quando em serviço; assumam a prestação de cuidados ao corpo de quem deles necessitasse, não os delegando em pessoal menor; não discriminem os doentes a quem prestam cuidados, independentemente das suas crenças, hábitos de vida e tipo de doença de que padecem; se subordinem tecnicamente aos médicos e se inibam de transferir dos serviços as enfermeiras que estes considerem competentes; cumpram escrupulosamente as prescrições médicas; mantenham as enfermarias livres de objetos de culto, quadros, flores e ou outros objetos suscetíveis de serem reservatório de microrganismos; se abstenham de práticas de culto e de manifestações de religiosidade durante as horas de serviço, dedicando-se exclusivamente à prática de cuidados; não exerçam funções da competência dos farmacêuticos; e baixem o preço dos serviços que prestam.

Em resumo, o médico Miguel Bombarda e os seguidores destas suas ideias, entendiam que o ofício de enfermagem devia ser exercido por pessoas sem qualquer ligação a ordens religiosas, devendo para tal estarem habilitadas com um curso que as/os preparasse para o cumprimento das prescrições dos médicos, a quem única e exclusivamente deviam obediência. Opinião semelhante tinha já manifestado o clínico Costa Simões em 1888 (Silva, 2008). Apesar disso não se pode esquecer que Miguel Bombarda liderava a comissão executiva da Junta Liberal, cujos membros eram na sua grande maioria maçons e republicanos (Catroga, 1988). Esta organização exigia o cumprimento das leis promulgadas por Pombal, Joaquim Augusto de Aguiar, Silva Carvalho e Braamcamp, os quais, entre outras medidas, haviam expulsado os Jesuítas; as Irmãs da Caridade; extinto congregações religiosas e proibido a profissão de frade. Consequentemente propunham que fosse revogado o Decreto-lei de 18 de abril de 1901<sup>4</sup> o qual, para eles, tinha facilitado a penetração no país das ordens congreganistas anteriormente afastadas, vistas pelos anticlericais como a guarda avançada do papado e a sua presença em território nacional como um atentado à liberdade, com capacidade para comprometer o futuro do país (Moura, 2010).

Foi após a implantação da República, em 11 de outubro de 1910, que os anticlericais conseguiram ver aprovado um Decreto que afastou mais uma vez os jesuítas e encerrou os conventos de todas as congregações religiosas (Catroga, 1988). Este édito, concomitantemente com outras leis, pretendeu criar as condições político-jurídicas indispensáveis à estratégia de descristianização prosseguidas pelo laicismo desde os anos de 1870. Tinha-se em vista secularizar a sociedade e as consciências (Moura, 2010). Assim sou levado a acreditar que para além dos propósitos de Bombarda, António Aurélio da Costa Ferreira e Egas Moniz, todos eles médicos e membros da comissão executiva

<sup>4</sup> Com este decreto Hintze Ribeiro possibilitou a legalização das congregações religiosas que se dedicavam ao ensino, beneficência e missão. Tal medida não agradou aos anticlericais. Mas ao proibir a clausura, os noviciados e a tomada de votos também os defensores das congregações religiosas mantiveram o seu descontentamento (Moura, 2010).

da Junta Liberal, em proporcionar aos doentes que tratavam, cuidados de enfermagem mais congruentes com os conhecimentos científicos da época, pretendia-se igualmente descristianizar e secularizar as instituições de saúde e assistência. Este intento havia já sido defendido em 1904 por Sebastião Magalhães de Lima<sup>5</sup>, representante dos grupos de livres-pensadores de Portugal, no Congresso Universal de Livre-Pensamento que nesse ano se realizou em Roma (Moura, 2010).

Nessa época recorria-se à ciência para atacar a religião. Segundo Catroga (1988), tal é “explicável perante a influência do paradigma cientista no laicismo português” (p. 240). O movimento laico de então propunha-se fazer desaparecer tudo o que pudesse lembrar de forma consciente ou inconsciente a religião. Dessa forma tentou-se que a separação da igreja e do Estado, após a instauração da República, não se confinasse à esfera política mas, se estendesse a instituições sociais como a família, a escola e a assistência.

À assistência caritativa, representada pela enfermagem religiosa, os laicistas opunham uma assistência profissionalizada, representada pelas enfermeiras laicas formadas pelos médicos dos estabelecimentos hospitalares de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga. Estavam então em causa duas conceções do mundo e da vida. Contra a «Boa Nova» caduca e rotineira, difundida através do discurso obsoleto dos eclesiásticos surgia a «Boa Nova» fundada em bases científicas e racionais (Moura, 2010).

Apesar de toda esta animosidade contra as ordens religiosas, os Franciscanos e as congregações femininas pareciam gozar de alguma simpatia junto dos anticlericais mais moderados, sobretudo as ordens religiosas femininas que se dedicavam à educação e à assistência. Nesse âmbito eram do agrado geral “as Irmãs Pobres” (Moura, 2010, p. 32).

À “hecatombe” provocada, nas congregações religiosas, pelo decreto de 1910 escaparam a ordem dos Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus, que exerciam na Casa de Saúde do Sagrado Coração do Telhal, e outras que tinham à sua responsabilidade o funcionamento de instituições de assistência, as quais sem elas encerrariam. Esses foram, por exemplo, os casos do Sanatório da Parede, do Asilo das Cegas do Convento dos Cardais em Lisboa e do Colégio da Regeneração em Braga. Outras instituições de assistência houve em que as religiosas se secularizaram e continuaram a praticar o ofício de enfermeira, com risco para as próprias e para quem as acolhia. Tal aconteceu no Instituto Oftalmológico de Lisboa, onde algumas mulheres que haviam pertencido à congregação das Irmãs Hospitaleiras foram autorizadas a exercer enfermagem com a condição de serem substituídas logo que possível (Moura, 2010). É que a extinção das ordens religiosas durante a República obrigou as administrações dos estabelecimentos de assistência a utilizarem expedientes, como a secularização das religiosas, para garantir o seu funcionamento. Caso contrário, ver-se-iam obrigados a encerrar. Só a partir dos anos 30 do século XX, após a queda da primeira república e já no final da ditadura militar, instaurada em 1926, voltaram a existir em Portugal condições para o restabelecimento e expansão das ordens religiosas existentes e o estabelecimento de outras que até aí não tinham exercido atividade em Portugal.

<sup>5</sup> Para saber mais sobre este dirigente do partido Republicano Português consultar Plano Nacional de Leitura (2010). República nas Escolas: Sebastião de Magalhães Lima. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República. Obtido em 12 mai. 2013, de: <http://centenariorepublica.pt/escolas/personalidade-republica/sebasti%C3%A3o-de-magalh%C3%A3es-lima>

Em 1940 havia cerca de 36 ordens religiosas femininas, sem contar com as que só se dedicavam às missões, número muito superior ao das ordens masculinas. (. . .) estando as ordens religiosas presentes num número considerável de hospitais, casas de saúde, dispensários, sanatórios, asilos e outras instituições (Soares, 1997, p. 43),

o que evidencia “a política recatolizadora levada a cabo pelo Estado Novo desde os inícios da década de 1930” (Moura, 2010, p. 9).

## AS REPRESENTAÇÕES DOS DEFENSORES DA ENFERMAGEM RELIGIOSA

Por esses anos, mais concretamente em 1941, no Hospital de Lamego, onde os cuidados de enfermagem eram assegurados por religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitalleiras, havia fortes pressões para que a direção da Santa Casa da Misericórdia dessa cidade, que dirigia o Hospital, as substituísse por outras. As fontes não revelam os motivos para tal tentativa de substituição se bem que, à época, a finalidade de tais testemunhos era a de “evidenciar a ação das Irmãs (. . .) nos Hospitais do país”, mais concretamente no de Lamego (Bastos, 1974, p.18).

A coletânea de depoimentos colhidos por Rebelo Bastos, então Provedor da Santa Casa de Lamego, e publicados em 1974, sob o título para a *História da Enfermagem Religiosa no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Lamego*, permite, ao longo de 29 páginas e através dos depoimentos de três (3) antigos provedores da Santa Casa da Misericórdia dessa cidade (pp. 5-9); dois (2) antigos vice-provedores (pp. 10-12); nove (9) médicos, dos quais apenas um nunca exercera medicina no dito hospital (pp. 13-21); uma (1) farmacêutica (p. 22) e quatro (4) doentes (pp. 23-26), compreender as representações desses sujeitos sobre a enfermagem religiosa no arco temporal compreendido entre 1908 e 1941. O fato de os testemunhos obtidos no início da década de 1940 só terem sido publicados em livro em 1974, relacionou-se com a necessidade sentida por Rebelo Bastos, – que os solicitou e compilou –, em contribuir para o prestígio do Hospital de Lamego e de todos quantos o tinham servido, de entre os quais ele destaca as irmãs da dita congregação. Baseado nas declarações dos dezanove (19) sujeitos, à carta que lhes foi dirigida por Bastos, em 26 de outubro de 1941, constatei que os provedores revelavam “admiração” (p.5) e “profunda consideração” (p.9) pelas enfermeiras religiosas que exerciam no Hospital da cidade de Lamego.

Estes dirigentes, mais do que uma vez, haviam sofrido pressões para que as religiosas fossem substituídas “por pessoal laico” (p.6). Tais pretensões não tiveram sucesso, talvez porque eles considerassem as congreganistas superiores às enfermeiras seculares, dado, em sua opinião, as enfermeiras religiosas não possuírem motivos de interesse material nos cuidados que prestavam e estarem convencidas de que a enfermagem era a melhor forma de servirem a Deus.

Da enfermagem religiosa diziam os seus defensores, habitualmente membros do clero, médicos imbuídos de forte religiosidade e gestores das misericórdias, ser praticada por freiras abnegadas e ternurentas que impregnavam de espírito cristão os cuidados que prestavam aos doentes que cuidavam. Apesar disso, curiosamente, um dos provedores entendia que para que a enfermagem entregue a religiosas pudesse ter bons resultados era necessário: impedir que a ação das freiras ultrapassasse os limites impostos ao serviço de enfermagem e ao serviço de administração doméstica, os quais deviam ser exercidos “numa completa obediência a quem dirige e administra o Hospital” (p. 7); e que os gestores

hospitales exercessem as suas funções de forma enérgica evitando “os inconvenientes dos excessos das práticas religiosas” da regra das congreganistas, “impedindo-as de abandonar os serviços” (p.7).

Tais precauções revelam-nos que as acusações de Bombarda (1910), eram justificadas. Isto é, as enfermeiras religiosas mostravam dificuldade em obedecer a outros que não os superiores da sua congregação<sup>6</sup>, e com frequência abandonavam os serviços e os doentes com a finalidade de responderem às práticas religiosas ditadas pela sua regra.

Os provedores não confirmam a falta de higiene das religiosas e a ausência de conhecimentos referidos por Bombarda (1910), nomeadamente de assepsia. No seu testemunho, um dos vice-provedores revela inclusive “ter observado: constante e irrepreensível asseio e limpeza das enfermeiras e de todo o edifício do Hospital. (. . .) Cuidado na desinfecção do material cirúrgico” (p.10). Mostravam-se ainda carinhosas e fraternais para com os doentes que cuidavam; preocupadas em esclarecer dúvidas sobre os tratamentos junto dos médicos; afáveis e corretas para as visitas; cumpridoras das determinações da direção hospitalar, para além de perfeitas do ponto de vista moral civil e religioso.

Para os médicos auscultados, as enfermeiras religiosas davam cabal cumprimento das suas obrigações e eram vistas como “dignas dos mais justos louvores e rasgados elogios” (p.13) apesar de em número deficitário para as necessidades dos serviços<sup>7</sup>.

Um dos clínicos do dito hospital, entre 1913 e 1939, ao contrário de Bombarda (1910), referiu que as religiosas, que consigo trabalhavam, dispensavam para com os médicos respeito, estima e consideração. Um outro considerava-as superiores às enfermeiras laicas pois “ultimamente tenho notado apresentarem-se com alguma prática, sendo no geral dedicadas e cumpridoras de ordens clínicas” (p.16).

Recordo que este médico trabalhava no hospital há já 40 anos, desde 1911, e que segundo Soares (1997), a Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras foi uma das primeiras a ministrar cursos de enfermagem, mais concretamente a partir de 1935. É pois provável que a alteração observada por este doutor, no desempenho das enfermeiras que exerciam no Hospital de Lamego, fosse reflexo da frequência, por elas, desse curso de enfermagem. Apesar disso refere uma prática das congreganistas a que Bombarda (1910), já aludia. A transferência das enfermeiras mais competentes para outros serviços. Nesse sentido diz ainda um outro clínico que “as mudanças frequentes e sempre de surpresa de algumas enfermeiras são deveras prejudiciais” (p.19).

<sup>6</sup> Um dos médicos de Lamego declara também no seu testemunho que “as enfermeiras têm de obedecer completamente às determinações dos médicos, cumprindo sem objeções as suas prescrições” (p.19), o que parece ser mais um indício das dificuldades que as enfermeiras religiosas tinham em reconhecer os médicos como seus superiores hierárquicos, a quem deviam obediência.

<sup>7</sup> Segundo Bastos (1941), o pessoal, no total de quinze (15), com quatro enfermarias a funcionar, na gerência do Comendador Mota, distribuía-se da seguinte forma: sete (7) irmãs – três (3) pelas enfermarias, duas (2) na cozinha, uma (1) nas obrigações e uma (1) na farmácia (que passou depois para a costura) e oito (8) serventes – uma (1) criada na cozinha; uma (1) na enfermaria; uma (1) no serviço interno; uma (1) no banco; uma (1) na enfermaria dos homens; duas (2) no quintal e um (1) porteiro.

Na gerência seguinte (a do autor do livro), com oito enfermarias a funcionar, o pessoal no total de vinte e quatro (24) distribuía-se da seguinte forma: nove (9) irmãs – uma (1) em cirurgia homens; uma (1) nas crianças; uma (1) em medicina homens; uma (1) nas mulheres; uma (1) no banco e nas operações; duas (2) na cozinha e uma (1) na costura e quinze (15) serventes – duas (2) auxiliares na cozinha; duas (2) na enfermaria das mulheres; uma (1) nas crianças; uma (1) no telefone; uma (1) no banco; uma (1) nas obrigações; uma (1) na farmácia; duas (2), sendo uma em cada pavilhão; 3 (três) no quintal e um (1) porteiro.



Para esse doutor, tal como para Bombarda (1910), não fazia sentido “sendo inconveniente e prejudicial, (. . .) andar um médico, (. . .) educando uma enfermeira na prática dos serviços de enfermagem e quando esta já se encontra (. . .) quase habilitada ser de repente substituída por outra, que precisa também de ensinamentos” (p.19).

Apesar de muito considerar a enfermagem exercida por religiosas, esse clínico, mostrava que “também se torna necessário um enfermeiro teórico e praticante habilitado como o exigem determinados serviços” (p. 19), ou seja via a necessidade de enfermeiros homens, laicos e possuidores de conhecimentos teóricos e práticos, os quais só eram possíveis de adquirir nas poucas escolas de enfermagem portuguesas no início da década de 1940.

Um outro clínico do hospital, com a categoria de médico auxiliar manifestava-se cada vez mais admirado com o espírito de abnegação e caridade que animava as enfermeiras religiosas. Ele avaliava a qualidade do serviço, que elas prestavam, como ótimo e dizia que as enfermeiras laicas: “só têm uma preocupação, olhar para o relógio para ver quando chega a hora de saída, olhar para a mão que se lhes estende para ver se têm gorjeta ou não” (p. 20). Em contraponto, para ele, as enfermeiras religiosas só tinham uma ideia “quanto maior forem os sacrifícios que façam na terra, mais gratas se tornam aos olhos de Deus” (p. 20). Daí, em sua opinião, o profundo abismo que separava as enfermeiras laicas das religiosas, apesar da Diretora do serviço de Pediatria referir ter observado problemas organizacionais noutros hospitais onde trabalhavam as congreganistas. Neles, as freiras permitiam a ocorrência de incidentes “chocantes para os médicos (. . .) cabendo a responsabilidade dos mesmos” (p.21), não às irmãs, mas à organização interna do hospital. No serviço desta pediatra os problemas existentes relacionavam-se, segundo ela, com a necessidade de preparação especializada que uma enfermeira de crianças devia ter, numa época em que, em Portugal, ainda não existiam cursos de formação para enfermeiras puericultoras<sup>8</sup>. Também a diretora da farmácia hospitalar referia que apesar das enfermeiras religiosas prestarem os melhores cuidados nos serviços “tinha necessidade de uma irmã com conhecimentos de farmacologia para se constituir como ajudante na farmácia, pois a que tem não tem conhecimentos” (p. 22). Alertava desta forma para a falta de saberes das freiras, neste caso, no âmbito da farmacologia.

Os quatro doentes que foram inquiridos e deixaram o seu testemunho referiram não terem razões de queixa: “porque me trataram bem e com certo carinho, cumprindo com os seus deveres para com os doentes” (p. 23). Mostraram ainda que as enfermeiras religiosas eram um grupo dedicado, persistente e abnegado. Proficientes e pontuais, os serviços que prestavam no Hospital de Lamego não podiam em sua opinião ser excedidos, honrando a casa a que pertenciam. Um dos enfermos, relativamente a uma dessas religiosas, referiu que “apesar de pouco simpática à primeira vista (. . .) impõe-se ao nosso respeito e de tantos cuidados nos cerca, que foi com lágrimas nos olhos que nos despedimos dela” (p. 26), o que revela bem, em minha opinião, as relações estabelecidas com as religiosas e a forma como os doentes se sentiam acolhidos por elas.

<sup>8</sup> A este respeito Festas (2009), esclarece-nos que a especialização de enfermeiras puericultoras foi criada em 1943, sendo lecionada no Instituto Maternal que funcionava em Lisboa, na Maternidade Alfredo da Costa e no Porto, na Maternidade Júlio Dinis (duração de três anos). De acordo com esta autora teria também funcionado um curso de Pediatria e Puericultura em Lisboa, dirigido a enfermeiras e com a duração de 11 meses.

## CONCLUSÃO

Ao longo do artigo, aflora uma clara diferença entre a enfermagem nos hospitais das grandes cidades, com escolas de enfermagem próprias, e a enfermagem das cidades da província, no caso Lamego. Nos primeiros predomina a enfermagem laica, enquanto nos segundos domina a enfermagem religiosa. No Portugal da primeira metade do século XX, as diferenças entre o meio citadino e o meio rural eram muito acentuadas não só em termos de religiosidade, mas também nos aspetos culturais e educativos, entre outros. Nessa época seria certamente muito difícil encontrar mulheres alfabetizadas, que quisessem trabalhar, sobretudo num hospital e ainda mais na província. Talvez por isso se encontravam religiosas nos hospitais aí fundados e os serviços que elas prestavam eram considerados satisfatórios porque, ou não podiam ser censurados, ou caso o fossem, corria-se o risco de perdê-las. Assim seria interessante conhecer a opinião sobre o pessoal laico vs religioso e o seu desempenho noutros hospitais de província na mesma época. Só dessa forma se poderia saber em que medida o Hospital de Lamego terá sido, ou não, uma exceção. Tanto mais que as opiniões expostas neste artigo ao provirem, por um lado, de testemunhos da capital e, por outro, de testemunhos da província, têm influência no resultado obtido com os consequentes vieses.

Um outro aspeto que importa realçar e que perpassa ao longo do artigo, é a da importância crescente da formação à medida que vamos percorrendo a primeira metade do século XX. Já não se pede apenas abnegação, mas e sobretudo formação, o que no caso da prestação de cuidados de enfermagem às crianças devia ser especializada. Estava então em causa a profissionalização das enfermeiras. A profissionalização, entre outros aspetos, exige um corpo de conhecimentos próprios, exige formação e a posse de um diploma que ateste ter o seu detentor passado por esse processo. Se o édito 32612, de 1942, obrigou quer as enfermeiras laicas, quer as religiosas, a possuírem um diploma de enfermagem, requisito esse que já três décadas antes Miguel Bombarda havia exigido, questiono-me se ele terá acabado efetivamente com o problema da falta de formação daquelas mulheres que se diziam enfermeiras; ou se terá antes dado início à “caça aos curandeiros”, isto é, aos prestadores de cuidados de enfermagem não diplomados, independentemente do seu estatuto laico ou religioso.

Outro aspeto que envolve a história da enfermagem desenvolvida neste texto relaciona-se com o contexto político – I República anticlericalista (1910-1926) vs Estado Novo (1933- 1975), o qual permitiu a proliferação das escolas de enfermagem religiosas e de enfermeiros e enfermeiras congreganistas. Não trata o artigo a situação dessas instituições educativas e dos profissionais por ela diplomados ainda durante o Estado Novo e após a revolução de abril de 1974, o que importa pesquisar. Após a *Revolução dos Cravos* os Hospitais das Misericórdias passaram para a tutela do estado português. Terão nesse período histórico e com essa mudança as enfermeiras religiosas continuado a prestar serviço nos ex-hospitais das Misericórdias? Ou já os tinham abandonado anteriormente? Voltou então a ser debatida a questão da enfermagem religiosa vs enfermagem laica, ou essa discussão tinha já perdido sentido?

## BIBLIOGRAFIA

Azevedo, C. A. M., (dir.). (2000). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. (Vol. 1: A-C). Lisboa: Circulo de Leitores e UCP.

- Bastos, A. R. (1974). *Para a história da enfermagem religiosa no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Lamego*. Lisboa: [s.n].
- Bombarda, M. (1910). *A Enfermagem religiosa*. Lisboa: Publicação da Junta Liberal.
- Catroga, F. (1988). O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1965-1911). *Análise Social*, XXIV (100): 211-273.
- Decreto n.º 32612, de 31 de dezembro de 1942. – Transforma e amplia a Escola de Enfermagem Artur Ravara e estende essa mudança a todas as outras escolas de enfermagem dependentes do Ministério do Interior.
- Ferreira, Ó. (2013). *História da Escola Técnica de Enfermeiras (1940-1968). Aprender para ensinar e profissionalizar*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação na Especialidade de História da Educação. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Festas, C. (2009). Ensinar para cuidar: Enfermagem Pediátrica que futuro? In *Jornadas de Enfermagem em Pediatria e Neonatologia: A criança sob o olhar de quem cuida*. Matosinhos: Unidade Local de Saúde de Matosinhos. Obtido em 12 mai. 2013, de: [http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/3044/1/com-nac\\_2009\\_1518\\_Festas\\_Constan%C3%A7a\\_02.pdf](http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/3044/1/com-nac_2009_1518_Festas_Constan%C3%A7a_02.pdf)
- Monteiro, J. M. M. (2012). *A Medicina Contemporânea – Um caso emblemático na imprensa médica portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Jornalismo. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Moura, M. L. B. (2010). *A «guerra religiosa» na I República*. (2ª ed.). Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.
- Plano Nacional de Leitura (2010). *República nas Escolas: Sebastião de Magalhães Lima*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República. Obtido em 12 mai. 2013, de: <http://centenariorepublica.pt/escolas/personalidade-republica/sebasti%C3%A3o-de-magalh%C3%A3es-lima>
- Silva, A. I. (2008). *A arte de enfermeiro. Escola de Enfermagem Ângelo da Fonseca*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Soares, M. I. (1997). *Da blusa de brim à touca branca – Contributo para a História do ensino de Enfermagem em Portugal (1880-1950)*. Lisboa: Educa e Associação Portuguesa de Enfermeiros.
- Vieira, M. (2007). *Ser enfermeiro: Da Compaixão à proficiência*. Lisboa: Universidade Católica Editora Unipessoal, Lda.

Contacto: oferreira@esel.pt